



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

CLIPPING

3 de outubro de 2019



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO					
JORNAL PEQUENO					
EDITORIA					
Estado					
DATA	03 / 10 / 2019	PÁG.	6	Gerada	Positiva

FELIS no CCMP

LUIZ GONZAGA MARTINS COELHO*

"É que seu gênio retraído e seco dava-se maravilhosamente com esses amigos submissos e generosos - os livros; esses faladores discretos, que podemos interromper à vontade e com os quais nos é permitido conversar dias inteiros, sem termos aliás obrigação de dar uma palavra". Esse trecho do patrono da 13ª Edição da Feira do Livro de São Luís (Felis), Aluísio Azevedo, extraído de sua obra O CORUJA, de 1890, fala do amor entre as pessoas e os livros, a literatura, a arte, a cultura e sua essencialidade na formação de todos e de cada um. O direito à cultura é um dos que conformam nossa humanidade. O Ministério Público entende esse direito como basilar da dignidade da pessoa humana, que a Constituição Cidadã de 1988 nos incumbe de promover. Por essa razão criamos o Centro Cultural, para darmos nossa contribuição à revitalização de nosso Centro Histórico - Patrimônio da Humanidade -, bem assim (e principalmente), para fazermos da cultura o veículo de prestação de contas de nossas atividades previstas no Planejamento Estratégico, por meio de diversas atividades artísticas, e para incidirmos, por essa trilha, na necessária educação em direitos humanos que ajuda a sustentar nossa democracia e os princípios republicanos que a instituição ministerial deve salvaguardar.

Por essa razão que agradecemos à Prefeitura de São Luís, pela parceria na realização da cerimônia de abertura da 13ª edição da Felis, em nosso Centro Cultural, justamente no auditório do prédio Acelina Mochele, pioneira Promotora Pública no Brasil e liderança feminina do século passado, além de irmã de uma das homenageadas da Feira deste ano: a professora e ambientalista Rosa Mochele.

Ao lado do pioneiro do fotojornalismo no Maranhão, Dreyfus Azoubel, são figuras de destaque de nossa cena cultural, que se tornam centenárias e que não podem ser esquecidas. O Ministério Público terá, em seu estande na Feira, diversas atividades de conteúdo cultural e de cidadania, participando dos ricos debates que se realizarão no evento, no período de 11 a 20 de outubro. A todos os membros e servidores envolvidos, aproveito para convidar para, na manhã do dia 11 de outubro, como atividade prévia da Felis, em parceria com a Ampem e a Academia Maranhense de Letras e da ESMP, assistirem à palestra intitulada PABLO NERÚDA E O SENTIDO DA JUSTIÇA NA LITERATURA, com o membro da Academia Brasileira de Letras e indicado ao Nobel de Literatura, o Procurador de Justiça aposentado Carlos Nejar, do MPRS.

A cerimônia de abertura já demonstrou as várias faces da Feira do Livro: artes plásticas, música, audiovisual, além da literatura. É, de fato, um festival, neste Setembro Amarelo de prevenção ao suicídio e à automutilação, nos lembrar que é preciso amar a vida, por suas belezas e dores, como adverte nosso Aluísio Azevedo: "É que mais é o nosso viver nesta espécie de mundo, senão uma ilusão entre dois nada: o presente e o futuro? Dois nada insondáveis e obscuros que fecham uma hipótese, chamada presente. Ontem saudades nebulosas; hoje mentiras e esterilidades; amanhã sonhos mal contornados. Eis a vida!" [trecho de Uma Lágrima de Mulher]

Aluísio Azevedo, abolicionista, pioneiro do Naturalismo, jornalista, diplomata, desenhista, artista multifário, nos inspira e nos inspirará em mais essa edição da Feira do Livro de nossa amada capital! Ele e todos que fazem da arte sua trincheira de luta pela sensibilidade e humanidade que nos faz únicos e, ao mesmo tempo, nos iguala e irmana como espécie em um processo civilizatório que não pode ter retrocessos. Viva a arte! Viva a Cultura! Viva a dignidade da pessoa humana e todos os direitos humanos! Viva o Cidadão! Viva a Feira do Livro de São Luís!

*PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO					
O ESTADO DO MARANHÃO					
EDITORIA					
Capa					
DATA	03 / 10 / 2019	PÁG.	1	Gerada	Positiva

Audiência pública discute descarte de remédios

Tema foi tratado ontem de forma interdisciplinar, pois há uma preocupação com o resíduo, que é contaminante ao meio ambiente. **CIDADES 6**



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO

O ESTADO DO MARANHÃO

EDITORIA

Cidades

DATA	03 / 10 / 2019	PÁG.	6	Gerada	Positiva
------	----------------	------	---	--------	----------

Audiência pública discute descarte de medicamentos vencidos no MA

Tema é tratado de forma interdisciplinar, pois há uma preocupação com o resíduo, que é contaminante ao meio ambiente e com o fato de que essa contaminação chega às pessoas

O Ministério Público do Maranhão, por meio da 1ª Promotoria de Justiça Especializada na Proteção ao Meio Ambiente, Urbanismo e Patrimônio Cultural e da 2ª Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde de São Luís, realizou na tarde desta terça-feira, 1ª, uma audiência pública para tratar da destinação de medicamentos vencidos ou sem uso.

Ao abrir os trabalhos, o promotor de Justiça Luís Fernando Cabral Barreto Júnior ressaltou que a demanda foi trazida ao Ministério Público pelo Fórum Estadual de Educação Ambiental, e que a Promotoria vem apurando todo o sistema de logística reversa no Maranhão, que envolve, entre outros produtos, remédios, pneus e baterias.

De acordo com o promotor de Justiça, o tema é tratado de forma interdisciplinar, pois há uma preocupação com o resíduo, que é contaminante ao meio ambiente e com o fato de que essa contaminação chega às pessoas. "Há muitos relatos de antibióticos e hormônios encontrados na água do consumo humano. E de onde vem isso? Dessa poluição difusa que nós fazemos". Segundo Fernando Barreto Júnior, mesmo nas regiões onde o esgoto é tratado, os processos não são capazes de eliminar esses elementos químicos. "As pessoas criam resistência a certos medicamentos porque já os ingerem sem saber", alertou.

Uso indiscriminado

A titular da 2ª Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde de São Luís, Maria da Glória Mafra Silva, afirmou que o mundo está inundado de medicamentos sendo usados de forma indiscriminada e ressaltou que o descarte incorreto desses produtos leva à contaminação da água, do solo, de vegetais e animais. Entre as manifestações desse problema pelos seres humanos estão reações alérgicas, principalmente entre ido-



Fernando Barreto Júnior frisou que mesmo nas regiões onde o esgoto é tratado, não há como eliminar esses elementos

sos e crianças.

Glória Mafra apresentou dados de uma pesquisa pública de maio deste ano, feita pelo Conselho Federal de Farmácia e Instituto Datasfolha, que apontou que 77% dos brasileiros se automedicam. Meta-de desse grupo faz uso da autome-dicação pelo menos uma vez por mês e 25% dos entrevistados utili-

Descarte incorreto dos produtos leva à contaminação

zam remédios sem prescrição médica diariamente. Há também casos em que os medicamentos prescritos não são utilizados conforme indicado, o que muitas vezes deixa resíduos de remédios não utiliza-dos.

Quanto ao descarte dos produtos, 76% dos entrevistados apontaram utilizar maneiras incorretas enquanto somente 14% dariam a destina-ção correta aos medicamentos.

A maioria descarta os remédios no lixo comum ou na rede de esgoto.

Outra pesquisa, realizada por uma universidade do Reino Unido, analisou as águas de rios de 72 países, em seis continentes. Em 65% dos locais monitorados foram encontrados antibióticos, muitas vezes excedendo os limites conside-rados seguros.

Resolução de problemas

O juiz da Vara de Interesses Difusos e Coletivos da Comarca da Ilha de São Luís, Douglas de Melo Martins, ressaltou a importância de que se crie uma cultura de resolução de problemas sem a necessidade de recorrer à Justiça. Atualmente, há mais de 80 milhões de processos em tramitação em todo o país. "A Vara de Interesses Difusos e Coletivos gostaria muito de participar dessa solu-ção sem processo. Pela via mais adequada, que é a da construção conjunta, com o empenho de todos", afirmou.

O advogado Sálvio Dino, um dos coordenadores do Fórum Estadual

de Educação Ambiental, ressaltou que o objetivo da entidade é fomentar o debate sobre a educação ambiental, incluindo a questão do descarte de medicamentos. "O problema passa pelo uso indiscriminado de medicamentos mas, também, pela ineficácia de meios de descarte desses medicamentos que estão em nossas casas", observou.

A ação embasa a produção de trabalhos científicos

Para ele, não se pode discutir res-síduos sólidos sem que haja um tra-balho de educação ambiental. "É necessária uma nova consciência, uma nova postura de proteção ao meio ambiente, e é isso que o Mi-nistério Público está fazendo agora. Uma ação cidadã, que pode nos levar a resultados práticos e efetivos na solução do problema".

Apresentações

Os professores Luiz Fernando Ra-rinos e Elisângela Motta apresentaram uma iniciativa realizada pelo Instituto Florence, que vem reali-zando o recolhimento de medica-mentos. A ação embasa a produção de trabalhos científicos pelos alu-nos do curso de Farmácia e depois recebem a destinação final ade-quada, sendo incinerados.

O trabalho, desenvolvido desde 2016, também realiza palestras de conscientização sobre o correto des-carte de remédios e suas embala-gens, que também apresentam ris-co de contaminação ao meio am-biente. Em três anos, a equipe já ca-talogou mais de 7 mil medicamen-tos diferentes recebidos. O próximo passo será o recebimento e análise de medicamentos veterinários.

De acordo com os professores, cerca de 60% dos medicamentos re-cebidos são amostras grátis. A maior parte dos descartes corresponde a hormônios (38%) e, dos remédios em embalagens fechadas, a maio-ria é de antidepressivos.

O assessor da presidência da As-sociação Brasileira de Redes de Far-mácias e Drogeries, Serafim Branco Neto, apresentou o trabalho de-senvolvido pela entidade que con-grega aproximadamente 8 mil far-mácias em todo o país, responden-do por 42% do mercado nacional.

Responsabilidades

Desde 2010 a Abrafarma vem dis-cuindo a logística reversa de medi-camentos, mas, de acordo com Serafim Branco, enfrenta resistência das indústrias farmacêuticas, que abandonaram a parceria em 2012. Em suas redes, a associação conta com 1210 pontos de recolhimen-to, sendo a maioria deles em São Pau-lo (871), que receberam, em 2018, 120 toneladas de remédios.

Para o representante da associa-ção, é necessário que os diversos atores assumam suas responsabilidades e que haja um trabalho de educação dos consumidores a res-peito do descarte correto de medi-camentos.

O representante da Farmácia de Medicamentos Especializados (Feme), da Secretaria de Estado da Saú-de, Sandro Monteiro, falou sobre a destinação dos produtos na unida-de. Os medicamentos biológicos e hospitalares são incinerados por uma empresa contratada. No en-tanto, quanto aos comprimidos que

são entregues aos pacientes, não há controle sobre o descarte. Sandro Monteiro reformu que é preciso que a indústria farmacêutica assum a sua responsabilidade no sistema de logística reversa.

O presidente do Conselho Re-gional de Farmácia, Carlos Augusto Barboza Toledo, colocou a entida-de de classe à disposição para criar grupos técnicos de trabalho para discutir sobre a questão e enfatizou a necessidade de que sejam estabe-lecidos planos municipais a respei-to do descarte correto de medica-mentos.

Também estiveram presentes o promotor de Justiça Cláudio Rebe-lin Correia Alencar, a secretária-adj-unta de Assuntos Jurídicos da Se-cretaria de Estado da Saúde, Lídia Schramm, e representantes da Se-cretaria de Estado de Meio Ambien-te, das Secretarias Municipais de Saúde e Meio Ambiente e do Comi-tê de Limpeza Pública de São Luís.

Encaminhamentos

Na audiência pública, foram deter-minados alguns encaminhamentos. O primeiro deles é o encami-nhamento da legislação sobre o des-carte de medicamentos do estado do Paraná e de uma proposta da Abrafarma ao Governo do Estado, de forma a embasar a discussão de uma legislação estadual sobre o te-ma.

O segundo encaminhamento foi a possibilidade de assinatura de ter-mos de compromisso com o Esta-do do Maranhão e o Município de São Luís para que os Ecopontos pas-sassem a receber medicamentos. Para isso, serão necessárias adaptações estruturais e alterações no licen-ciamen-to dos espaços. Os custos des-se processo seriam cobrados, via Ministério Público, dos geradores, entre os quais a indústria farma-cêutica.

Uma nova reunião foi marcada para 31 de outubro. Nela, a Prefei-tura de São Luís apresentará uma proposta técnico-financeira de adaptação dos Ecopontos e serão discutidas as propostas de legisla-ção e do termo de compromisso a ser assinado pelos Executivos esta-dual e municipal.

Além das entidades presentes à audiência pública, serão convida-das as Procuradorias Gerais do Es-tado e do Município e as Vigilâncias Sanitárias estadual e municipal. ■



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO					
JORNAL PEQUENO					
EDITORIA					
Estado					
DATA	03 / 10 / 2019	PÁG.	6	Gerada	Positiva

Paço do Lumiar

Justiça determina desocupação de área pública do Loteamento Maioba

Uma sentença proferida pela Vara de Interesses Difusos e Coletivos da Comarca da Ilha de São Luís acolheu os pedidos feitos pelo Município de Paço do Lumiar e determinou a desocupação, no prazo de 2 anos, de área pública do Loteamento Maioba, demolindo

as edificações existentes, com o objetivo de liberar o espaço para o Município. Caso descumpra a determinação, o requerido terá que pagar multa diária no valor de R\$ 1 mil. A sentença e resultado de uma ação movida pelo Município de Paço do Lumiar, tendo como

parte requerida um particular. A sentença tem a assinatura do juiz titular Douglas de Melo Martins. A ação narra que os fiscais da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Urbanismo, Transporte e Trânsito – SINFRA, em 21 de março de

2014, autuaram e embargaram administrativamente o requerido por construir em uma Área Institucional e em desacordo com o Código de Obras do Município de Paço do Lumiar. Alega, sobretudo, que a parte ré não respeitou as providências administrativas e continuou a construir, incidindo em ilícito administrativo, sob o fundamento de que a construção é clandestina, por não ter alvará de licença ou de autorização, ou por estar vencida, além de encontrar-se em área verde, advinda da implantação do loteamento Maioba.

A parte requerida argumentou que a obra já estava concluída no momento da citação. Alegou, ainda, que no Auto de Notificação não consta sua assinatura, nem tomou conhecimento do referido documento. Quanto ao descumprimento das exigências administrativas, alegou que "não se pode falar em obra clandestina se esta obra cumpre com sua função social e muito menos restringir seu funcionamento a simples documentações de praxes burocráticas, uma vez que há muito tempo havia aquelas construções no local, tempos antes, inclusive, da emissão da Certidão de Averbação anexada na petição Inicial e que, pasme Excelência nunca antes fora questionada".

Sobre a ocupação de área verde, o requerido sustentou que a área questionada não se enquadra no conceito de Área Verde, pois perdeu sua finalidade e características ao longo dos anos, estando lícito e de acordo com as regras vigentes qualquer construção no local. O Ministério Público Estadual opinou pela procedência do pedido de demolição imediata da edificação, bem como que o ocupante fosse condenado a demolir e limpar adequadamente os resíduos da área e, caso não o fizesse, que fosse condenado ao pagamento dos custos dos serviços de demolição e limpeza no caso de Município efetuar a demolição.

ÁREAS PÚBLICAS

"Um dos instrumentos previstos no Estatuto da Cidade para implementação da política urbana e alcance das funções sociais da cidade é o instituto do parcelamento do solo. A Lei nº 6.766/79, que regula a criação de parcelamentos, prevê a reserva de área proporcional ao loteamento para ser destinada à instituição de espaços públicos de uso comum.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO					
JORNAL PEQUENO					
EDITORIA					
Estado					
DATA	03 / 10 / 2019	PÁG.	6	Gerada	Positiva

Imperatriz

MPMA requer interdição total de unidades penitenciárias e de ressocialização

O Ministério Público do Maranhão (MPMA) requereu, em 26 de setembro, à Justiça a interdição total da carceragem das unidades penitenciárias e de ressocialização da comarca de Imperatriz.

O pedido, assinado pelo titular da 5ª Promotoria de Justiça Criminal, Domingos Eduardo da Silva, refere-se à Penitenciária Regional e Unidade Prisional de Ressocialização de Imperatriz, além da Unidade Prisional de Ressocialização de Davinópolis (terceira judiciária).

SUPERLOTAÇÃO

Em 19 de setembro, uma inspeção realizada pelo MPMA demonstrou déficit de 71% de vagas nas unidades. Tais estabelecimentos possuem capacidade para 574 internos/detentos, mas atualmente abrigam 980 pessoas.

A unidade em pior situação é a

Prisional de Ressocialização de Imperatriz, onde há déficit de 82% de vagas. No local, a capacidade de vagas é 264, mas estão abrigados 480 internos. "A rigor, é uma mistura de cadeia pública com presídio", relatou o promotor de justiça, no pedido.

Na Unidade Prisional de Ressocialização de Davinópolis, a situação não é muito diferente. Estão abrigados 187 internos em um local com capacidade para 106 pessoas, o que indica déficit de 73%.

O menor índice verificado pelo Ministério Público é 54%, na Penitenciária Regional de Imperatriz: 315 detentos em um local com capacidade para 204 pessoas.

SEM ESTRUTURA

Um dos exemplos da superlotação e da falta de estrutura das unidades é a situação da Unidade

Prisional de Ressocialização de Davinópolis.

"Cinquenta e seis detentos se amontoam numa cela projetada para abrigar apenas vinte e quatro, onde dormem sobre o concreto, sem colchões e travesseiros, numa escuridão, úmido e sem ventilação", ressaltou o membro do MPMA, no pedido.

No documento, ele enfatiza, ainda, a existência de uma "estrutura que tem a prisão como mero depósito de pessoas, amontoadas de qualquer maneira, mesmo que não haja espaços sequer para o repouso noturno".

PEDIDOS

Além da interdição total da carceragem das unidades, o MPMA requer a transferência imediata de todos os presos a mais para outra unidade prisional, até que sejam feitas as adaptações necessárias para adequá-la

aos requisitos da legislação, aumentando o número de vagas para os presos provisórios e condenados, sob pena de multa diária, por detento.

Enquanto não houver a interdição total, a Promotoria requer a interdição da carceragem. Não devem ser recebidos presos, sem autorização judicial e semitiva do Ministério Público.

Também devem ser transferidos todos os presos em regime fechado e semiaberto fora da Comarca de Imperatriz, sem vínculo sócio-afetivo ou familiar nos municípios integrantes da comarca.

Os pedidos incluem o monitoramento mensal de entrada e saída dos presos; o levantamento e cálculo das penas, além de realização de reunião mensal para avaliar a implementação das providências tomadas.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO					
JORNAL PEQUENO					
EDITORIA					
Cidade					
DATA	03 / 10 / 2019	PÁG.	4		

Governador sanciona lei que cria sistema de integração dos museus maranhenses

O governador Flávio Dino sancionou, na terça-feira (1º), a lei que institui o Sistema Maranhense de Museus (SIMM). Por meio deste Sistema será possível interligar, de forma cooperada, os museus e casas de cultura do estado, facilitando a gestão dos espaços. Na oportunidade, também foi assinado o edital para lançamento da 1ª edição do Prêmio de Ocupação das Artes Visuais Amína Paula Barros, para selecionar projetos para exposição de curta duração.

Durante o encontro, que reuniu diretores dos diversos espaços culturais de todo o estado, Flávio Dino destacou a importância da cultura para o desenvolvimento do Maranhão, como instrumento reflexivo, de conhecimento e emancipatório para a população. E é por isso, segundo o governador, que a cultura é sempre campo de investimento do Governo do Estado. "Estamos aqui reunidos para que possamos, juntos, celebrar mais um passo que damos para funcionalização da política cultural no estado", pontuou o governador sobre o SIMM, que pretende facilitar a gestão e o funcionamento dos museus no Maranhão. Com a implementação do Sistema, os museus do Maranhão, públicos ou privados, serão ligados



Flávio Dino sanciona lei que institui o Sistema Maranhense de Museus ao lado de representantes da cultura

e articulados. Será possível aperfeiçoar a assistência e apoiar com mais eficiência os projetos de cada museu, desenvolver ações, programas de capacitação de recursos humanos destinados à área e estimular a participação na iniciativa privada na alocação de recursos que possam garantir o aprimoramento e a manutenção do Sistema. "A população e o turismo ganham com a integração entre os museus, já que com todas as atividades sendo realizadas em conjunto,

será possível ser feita a melhor utilização do recurso público, que será investido da melhor forma possível e onde mais se precisa. Assim, tanto maranhenses, quanto os turistas que vêm visitar o nosso estado poderão ter acesso a obras de qualidade e espaços melhores. E a democratização do acesso à cultura", explicou o secretário de Estado de Cultura, Anderson Landson. O SIMM será gerido pela Secretaria de Estado da Cultura (Secma), por meio do Museu

Histórico e Artístico do Maranhão (MHAM) e estará integrado ao Sistema Brasileiro de Museus (SBM). Poderão integrar: museus ou entidades afins, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento, com acervos abertos ao público, que adquirem, pesquisam, conservam, comunicam, expõem e divulgam o patrimônio material e imaterial do ser humano e de seu meio ambiente, para fins culturais, educacionais, científicos, de preservação e de lazer.

Entre as instituições museológicas vinculadas à Secma que já estarão no SIMM estão: a Casa de Cultura Josué Montello; Museu Histórico e Artístico; Museu Histórico de Alcântara; Casa de Nhozinho; Centro de Cultura Popular Domingos Vieira Filho; Casa do Maranhão; Centro de Pesquisa de História Natural e Arqueologia do Maranhão; Museu da Imagem e do Som; Museu do Reggae; Museus de Artes Visuais; Fundação da Memória Republicana (Convento das Mercês); Casa do Tambor de Criciás; Museu das Embarcações (Porte de Santo Antônio); Casa do Divino Espírito Santo de Alcântara; Casa de Nagô; Engenho Central de Pindaré Mirim; Palácio dos Leões.

GILSON TEIXEIRA



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO					
O IMPARCIAL					
EDITORIA					
Vida					
DATA	03 / 10 / 2019	PÁG.	10		

MARANHÃO

Seletivo para conselho tutelar é anulado

Os realizadores do seletivo em Icatu não obedeceram a itens fundamentais para a concepção de concursos, dentre eles o princípio da publicidade das informações



OS CANDIDATOS APROVADOS DEVERÃO PARTICIPAR DA ELEIÇÃO POPULAR, QUE SERÁ REALIZADA NO PRÓXIMO DIA 6 DE OUTUBRO

Após articular diálogos envolvendo o município de Icatu, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e o Ministério Público, o seletivo para escolha de conselheiros tutelares foi anulado. Novas provas devem ser realizadas.

O acordo é fruto de Ação Civil Pública que trata da questão, ajuizada pelo defensor público Fábio Barreto, produzido com base em relatos de candidatos que procuraram a instituição alegando que ocorreram diversas violações às regras do edital e às disposições da Lei Municipal 345/2015.

Como constatado, os realizadores do seletivo não obedeceram a itens fundamentais para a concepção de

concursos, dentre eles o princípio da publicidade das informações. Além disso, o processo destacou outras irregularidades na elaboração da prova objetiva, uma vez que teve um número maior de questões do que o previsto no edital. Havia, também, a inclusão irregular de etapa de avaliação psicológica, que poderia causar mais demora no processo, prejudicando novamente os interessados.

Neste contexto, dentro de suas obrigações perante a coletividade e a legalidade, o Município procurou a Defensoria visando a resolução administrativa do litígio. "A resolução extrajudicial do conflito foi de extrema importância, uma vez que não houve necessidade de atrasar as eleições pa-

ra conselheiros tutelares com data unificada nacionalmente para o dia que 06 de outubro de 2019, satisfazendo todas as partes envolvidas, bem como a continuidade do relevante serviço prestado pelo Conselho Tutelar", pontuou o defensor Fábio Barreto.

Sanadas todas as irregularidades, o certame aconteceu normalmente na última sexta-feira (27), com a realização da prova objetiva, equivalente à segunda etapa do seletivo. A terceira etapa, que seria dedicada à avaliação psicológica, foi cancelada, pela falta de previsão legal. Portanto, os candidatos aprovados deverão participar da eleição popular, que será realizada no próximo dia 6 de outubro.



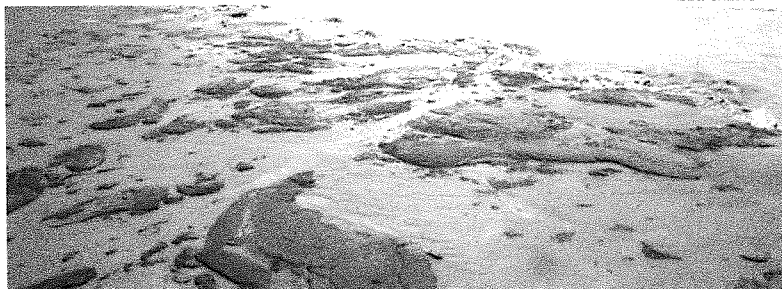
MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO					
O IMPARCIAL					
EDITORIA					
Política					
DATA	03 / 10 / 2019	PÁG.	2		

PETRÓLEO NA PRAIA

PF instaura inquérito por crime ambiental



ALBANA / CONTRASTO DE SÉCULO

ESPECIALISTAS TRABALHAM COM DUAS POSSIBILIDADES DE CAUSA: OU LAVAGEM DE LASTRO OU UM ACIDENTE EM NAVIO

GEORGE RAPOSO

A Polícia Federal instaurou um inquérito para apurar a origem da substância, de aspecto oleoso, encontrada em diversas praias nordestinas. De acordo com informações divulgadas ontem (2) pela PF, a ação foi tomada assim que surgiram as primeiras notícias do aparecimento de manchas de óleo nas praias ainda no mês de setembro. As investigações estão concentradas na Superintendência Regional da PF no Rio Grande do Norte, contando com a participação das áreas de combate aos crimes ambientais, de inteligência e de perícia.

"As diligências estão em andamento desde a instauração do inquérito policial e contam com a participação de diversas instituições, dentre elas o Ibama, a Marinha do Brasil, Universidade Federal Rural de Pernambuco e o Ministério da Defesa (Censipam)", finalizou a Polícia Federal.

O Ibama monitora a situação desde o dia 2 de setembro. Uma investigação do Ibama, com apoio do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, aponta que o petróleo que está poluindo todas as praias seja o mesmo, e a origem não é do Brasil.

A entrada da Polícia Federal nas investigações se deu após os oito estados do Nordeste atingidos por manchas de petróleo em seus litorais protocolarem uma denúncia sobre o caso na Polícia Federal e no Ministério Público Federal. Segundo o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama), aumentou para 114 o número de localidades afetadas. Até agora a Bahia foi o único Estado da região que não foi afetado.

No Maranhão, algumas praias tiveram a confirmação de vestígios das manchas de óleo, como as praias de Itatinga, no município de Alcântara, localizado a 30 km de São Luís, São Marcos (na capital maranhense), Ilha dos Poldros, no Delta do Parnaíba (MA), em Araioses, onde uma tartaruga marinha foi encontrada morta. Na praia de Alcântara foi encontrada uma tartaruga marinha coberta de petróleo, na tarde do dia 22 de setembro. O animal foi resgatado, lavado e, em seguida, devolvido ao mar.

Investigação

Na última terça-feira (1º) foi realizada uma reunião em Recife para discutir estratégias para diminuir os impactos. Os responsáveis pelo proble-

ma podem pagar uma multa que vai de R\$ 5 milhões a R\$ 50 milhões pelo crime ambiental, que é considerado gravíssimo. O cálculo leva em conta o impacto causado pelo incidente.

Um satélite começou a ser utilizado para ajudar na identificação dos responsáveis e analisar a origem das manchas de petróleo que atingem praias de oito dos nove Estados do Nordeste desde o final de agosto.

Contudo, uma investigação inicial aponta que o material encontrado em quatro estados tem a mesma origem, mas ainda não é possível afirmar de onde viria.

O produto achado nos outros quatro seguem sob investigação. Uma das poucas certezas é que se trata de petróleo cru produzido fora no Brasil, segundo a Petrobras.

Segundo o secretário de Meio Ambiente e Sustentabilidade de Pernambuco, José Bertotti, o derramamento deve ter sido feito por um navio em alto mar, mas duas possibilidades estão sendo levadas em consideração. "Pode ter sido uma lavagem de lastro de navio ou um acidente. De todo modo, é um crime, porque, mesmo se não foi intencional, as autoridades não foram notificadas", disse.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO					
JORNAL PEQUENO					
EDITORIA					
Estado					
DATA	03 / 10 / 2019	PÁG.	12		

Acidente no Jaracati Transferência de Victor Yan de hospital para penitenciária depende do Judiciário

STJ negou pedido de habeas corpus para motorista responsável pela morte de cinco pessoas

LUCIENE VIEIRA

Após o Superior Tribunal de Justiça (STJ) ter negado o pedido de habeas corpus feito pela defesa de Victor Yan Barros de Araújo, de 25 anos, que dirigia o veículo que capotou na Avenida Carlos Cunha, no bairro do Jaracati, em São Luís, o Jornal Pequeno procurou o delegado geral de Polícia Civil, Leonardo Diniz, para saber como está a situação em relação ao cumprimento do mandado de prisão do motorista. Leonardo Diniz afirmou que, mesmo Victor Yan ainda internado em um hospital particular da capital maranhense, o mandado de prisão já teria sido cumprido, e que compete somente ao Poder Judiciário a transferência dele, da unidade de saúde para a penitenciária. De acordo com o ministro Nefi Cordeiro, a prisão preventiva de Victor Yan deve ser mantida, pois ele apresentava sinais de embriaguez, teria negado realizar o teste do bafômetro e o exame de alcoolemia. A prisão do motorista havia sido determinada pela Justiça do Maranhão dois dias após o acidente. Além disso, a decisão levou em consideração que o laudo pericial de embriaguez alcoólica foi realizado cinco horas após



FOTOS: DIVULGAÇÃO

Acidente provocado por Victor Yan resultou na morte de cinco pessoas

o acidente, o que pode ter influenciado no resultado. O laudo realizado pelo Instituto Médico Legal (IML) apontou que o motorista não estava embriagado. Desde o dia do acidente, Victor Yan continua internado em um hospital particular de São Luís. O hospital não divulgou o estado de saúde dele. Victor Yan virou réu no processo feito pelo Ministério Público do Maranhão (MPMA) que acusa ele de ter causado o acidente. Segundo o juiz Gilberto de Moura Lima, a acusação preenche todos os requisitos previstos no Artigo 41 do Código de Processo Penal (CPP), com a exposição do fato criminoso, suas circunstâncias,

qualificação do acusado e classificação do crime. As investigações realizadas pela Polícia Civil e que foram anexadas na denúncia feita pelo MPMA, apontaram que Victor Yan já havia se envolvido em outro acidente de trânsito, onde ele atingiu uma motocicleta com duas pessoas. Segundo testemunhas, o motorista estava sob efeito de álcool e entorpecentes e fugiu do local sem prestar socorro. **O ACIDENTE** Na madrugada do dia 8 do mês passado, Victor Yan dirigia um Corolla branco, de placa PMG-5258, que voou a Avenida Carlos Cunha, caiu na Rua

Um e atropelou várias pessoas que estavam na frente de uma residência, comemorando um aniversário. Há relatos de que o carro ocupado por Victor Yan apareceu anancando uma árvore, motos que estavam na frente da casa, e em seguida atropelando as pessoas. Morreram as primas Carla Correa Diniz, 40, e Tiana Naid Alvez Correa, 32, Henrique Martins Durans Neto, conhecido como "Gordo". Estes estavam na festa de aniversário, na Rua Um. Maurício Andrey Soares e Ana Lourdes, que estavam nos bancos de carona do Corolla, também morreram.

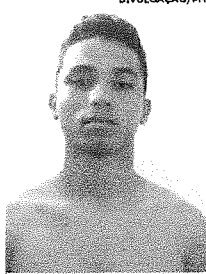


MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO				
JORNAL PEQUENO				
EDITORIA				
Estado				
DATA	03 / 10 / 2019	PÁG.	12	

Batalhão Tiradentes prende suspeito de roubar barbearia no Vinhais

Por volta das 10h40 dessa quarta-feira (2), policiais do Batalhão Tiradentes prenderam Ricardo Manoel Loureiro Silveira, no bairro Macaúba – que fica próximo a Avenida Kennedy –, suspeito de envolvimento no assalto a uma barbearia, localizada no bairro do Vinhais, no dia 6 do mês passado. Duas pessoas realizaram o crime: Ricardo Manoel, e um homem identificado apenas como “Preguinho da Macaúba”. De acordo com o coronel Andrade, que comanda o Batalhão Tiradentes, Ricardo Manoel foi apresentado na Delegacia de Polícia do Vinhais, e, na tarde de ontem, policiais realizavam diligências para



Ricardo Manoel é suspeito por assalto a barbearia que resultou em morte de idoso

DIVULGAÇÃO/PM

prender “Preguinho da Macaúba”. Os dois suspeitos do assalto foram identificados por câmera de monitoramento da barbearia. Na ação, primeiro entra Ricardo, que conversa com um funcionário do estabelecimento e se senta em uma cadeira. Logo após, entra o segundo suspeito, com uma mochila preta, e que também se senta. Em seguida, Ricardo saca a arma e anuncia o assalto, e a dupla de assaltantes começa a recolher os objetos pessoais de clientes do estabelecimento. Entre os clientes submetidos ao assalto, um homem com aparência de idoso, segundo a polícia, após a ocorrência passou mal e morreu. (LUCIENE VIEIRA)

Homem é preso após invadir casa no Parque Vitória



Edvan Amorim foi preso no Parque Vitória; e Rodrigo Sousa, na área Itaqui-Bacanga

Um homem foi preso suspeito de invadir uma casa no bairro do Parque Vitória, em São José de Ribamar, no fim da tarde de terça-feira (1°). Edvan Amorim Rodrigues, também conhecido como “Louro”, de 25 anos, foi capturado na manhã de ontem (2), por meio do 20° Distrito Policial, mesma delegacia onde a moradora do imóvel invadido teria ido prestar queixa;

segundo a vítima, vários objetos foram levados pelo assaltante que, na delegacia, confessou a sua autoria no crime. Segundo a polícia, com base no interrogatório de Edvan Amorim Rodrigues, os itens roubados foram entregues em uma “boca de fumo”, como forma de pagamento de uma dívida de drogas.

OUTRA PRISÃO

No fim da tarde de terça-feira (1°), Rodrigo Sousa Araújo foi preso por policiais da Superintendência de Polícia Civil da Capital - SPCC (Seccional Sul), na Rua da Mangueira, Itaqui-Bacanga, suspeitos de assaltos nesta área de São Luís. Rodrigo foi apresentado no Plantão do Anjo da Guarda. (LV)

Paço do Lumiar Ex-detento é morto a tiros na Vila Cafeteira



Um jovem identificado como Matheus Lima Soares, de 22 anos, foi morto a tiros na noite de terça-feira (1°), ao lado de uma quadra de futebol de salão, na Vila Cafeteira, Paço do Lumiar. Segundo a polícia, na ocasião do crime, Matheus participaria de uma partida de futsal, e aguardava apenas a sua vez de jogar, quando um homem ainda não identificado se aproximou dele, e atirou contra o ex-detento, na região da cabeça. A vítima havia saído há três meses do Complexo Penitenciário de Pedrinhas. (LV)

PRF captura foragido da Justiça na BR-135

Marco Antonio Soares Farias, de 37 anos, natural de Pinheiro, foi preso na terça-feira (1°), quando dirigia um microônibus, na altura do KM 14, da BR-135, em Pedrinhas. Marco tinha contra ele um mandado de prisão em aberto, devido o crime de lesão corporal dolosa (violência doméstica), registrado em 2011, na Delegacia Especial da Mulher (DEM). De acordo com a Polícia Rodoviária Federal, a prisão de Marco Antonio foi realizada durante uma abordagem de rotina. (LV)



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
O ESTADO DO MARANHÃO			
EDITORIA			
Polícia			
DATA	03 / 10 / 2019	PÁG.	10

Acusado de matar os servidores da Cemar vai a julgamento hoje

Pablo Martins, o *De Menor*, será submetido a júri popular no fórum de Paço do Lumiar pelo crime praticado no Sítio Natureza, com ajuda de seu irmão

ISMAEL ARAÚJO
Da editoria de Polícia

O facionado Pablo Martins, o *De Menor*, de 18 anos, vai a julgamento nesta quinta-feira, 3, no Fórum Tácio da Silveira Caldas, da Comarca de Paço do Lumiar, pelo assassinato dos funcionários de uma empresa prestadora de serviço para a Cemar, João Victor Melo e Francisco Valdo Carvalho da Silva. O duplo homicídio ocorreu no dia 15 de janeiro deste ano, no Sítio Natureza, naquela cidade.

O julgamento vai ser presidido pelo juiz da 2ª Vara Criminal de Paço do Lumiar, Roberto de Paula. Durante a sessão, as testemunhas e o acusado serão ouvidos pelo magistrado e em seguida a defesa e os representantes do Ministério Público farão as alegações finais. Após estes procedimentos, o juiz vai proferir a sentença.

De acordo com o processo, Pablo Martins, o *De Menor*, em companhia de seu irmão, um adolescente de 16 anos, praticaram esse crime de forma brutal, sem dar oportunidade de defesa às vítimas. Os funcionários da empresa terceirizada foram assassinados pelo fato de terem cortado a energia elétrica da residência da namorada do acu-



Pablo Martins, o *De Menor*, vai a julgamento por morte de terceirizados

sado, no Sítio Natureza.

De Menor ficou revoltado com o fato, já o seu filho, recém-nascido, teria ficado sem ventilador. Ele, então, decidiu convocar o seu irmão, um adolescente de 16 anos, para praticarem o crime. Os dois saíram a procura dos servidores de corte e ao encontrarem, desferiram vários tiros contra eles que estava dentro do carro.

Pablo Martins está preso no Complexo Penitenciário de Pedrinhas desde o dia 22 de janeiro, data da sua prisão. Já o seu irmão foi

apreendido antes, no dia 17 de janeiro, pela Polícia Civil na residência de uma tia, no Paraná, em Paço do Lumiar.

O adolescente foi apresentado na SHPP na Beira-Mar, e hoje cumpre medida sócio educativa em uma das unidades da Fundação da Criança do do Adolescente (Funac). Ele, inclusive, será uma das testemunhas a serem ouvidas hoje, na sessão de julgamento.

Esse adolescente, quando de sua apreensão, afirmou na polícia que no dia do crime estava jogando vi-

degame em companhia de colegas na Rua A, no Sítio Natureza, quando foi procurado por *De Menor* para cometerem o crime.

Mais crime

A polícia ainda ontem não havia conseguido prender o acusado de ter executado o ex-presidiário Mathheus Lima Soares, de 22 anos, fato ocorrido na noite de terça-feira, 1º, nas proximidades de uma quadra poliesportiva, na Vila Cafeteira, em Paço do Lumiar.

De acordo com a polícia, a vítima, que cumpria pena pelo crime de tráfico de entorpecente no Presídio São Luis II, em Pedrinhas, havia saído no dia 22 de maio por meio de uma ordem judicial. Na noite de terça-feira, Mathheus Lima estava na quadra aguardando a sua vez para jogar futebol quando foi aborçado pelo criminoso.

A vítima levou vários tiros e morreu no local. Policiais militares foram acionados e realizaram rondas, mas não conseguiu prender o acusado. O corpo do jovem foi removido para o Instituto Médico Legal (IML), no Bacanga, para ser autopsiado e na manhã de ontem foi liberado para os familiares. A equipe da Superintendência de Homicídio e Proteção a Pessoas (SHPP) está investigando o caso. ●

Polícia Civil ainda investiga acidente no bairro Jaracati

Motorista causador do acidente, que matou cinco pessoas, permanece internado em um hospital

A Polícia Civil, por meio de autos complementares, continua investigando o acidente de trânsito ocorrido na madrugada do último dia 8, na Avenida Carlos Cunha, no bairro Jaracati, que resultou na morte de cinco pessoas. De acordo com a polícia, Victor Yan Barros de Araújo, de 25 anos, que estava conduzindo o veículo Corolla a uma velocidade entre 92 a 105 km/h, acima da permitida nessa via, foi preso em flagrante e até ontem continuava internado em um hospital particular da capital.

O delegado Carlos Alessandro de Assis, superintendente da Polícia Civil da Capital (SPCC), informou que o inquérito desde o último dia 17 foi encaminhado ao Poder Judiciário, mas, por meio de autos complementares, o caso continua sendo investigado pela Delegacia de Acidentes de Trânsito (DAT), coordenada pela delegada Rosa Maria Nava.

Segundo o delegado, ainda faltam realizar algumas oitivas na delegacia, inclusive, com testemunhas, que continuam internadas em hospitais da capital. A polícia ainda está no aguardo de resultado de exames periciais, feitos no Instituto de Criminalística (Icrim), no Bacanga.

Carlos Alessandro afirmou que um dos exames periciais comprovou que Victor Yan, no dia do acidente, estava conduzindo o Corolla a uma velocidade entre 92 a 105 km/h e a permitida nessa via é até 60 km/h. "O velocímetro do veículo do acusado marcou uma velocidade entre 92 a 105 km/h e foi comprovado por meio da perícia do Icrim", esclareceu o delegado. ●



Victor Yan permanece internado para tentar se livrar da prisão

Exames

O delegado informou que um laudo pericial emitido pelo Instituto Médico Legal (IML) não apontou embriaguez do motorista do Corolla, mas o resultado desse exame pode ter sido prejudicado devido a ter sido feito cinco horas após o acidente.

Carlos Alessandro pontuou, ainda, que Victor Yan recusou-se a fazer o exame de bafômetro no local do fato, como não aceitou a ser submetido ao exame de alcoolemia, no Icrim. "Ele não deixou ser retirado o sangue para verificar a dosagem de álcool", explicou o delegado.

Ainda de acordo com Carlos Alessandro, há testemunhas, já ouvidas na DAT, que declararam terem visto Victor Yan ingerindo bebida alcoólica em um bar, na área do Calhau, horas antes do acidente do Jaracati. Peritos do Icrim encontraram, também, um "narguilé", que é um objeto geralmente utilizado para fumar entorpecente, dentro do carro do acusado. ●

Integra em estadoma.com/473596

Estudante maranhense envenenado na Bolívia

Acusado, colega de curso, também do Maranhão, que lhe devia R\$ 10 mil, foi quem planejou crime

O maranhense Afonso Rodrigues Júnior, que é estudante de Medicina na Bolívia, ainda ontem estava internado na Unidade de Tratamento Intensivo (UTI) de um hospital em Cochabamba, correndo risco de morte. A família da vítima informou que na última terça-feira Afonso Júnior teria tomando um açaí que tinha sido envenenado por um colega de curso, identificado como Félix, que é natural de Balsas e também

está hospitalizado.

O tio de Afonso Júnior, Samuel Martins, declarou que o seu sobrinho reside na Bolívia há seis anos e a gratuação será no final deste ano. Segundo ele, Félix deve a quantia de R\$ 10 mil a Afonso Júnior. Na noite de terça-feira, 1º, Félix teria colocado veneno de rato em um copo de açaí e tomou um pouco do produto e ofereceu ao maranhense.

Samuel Martins informou, ainda,



Afonso Rodrigues Júnior está internado em estado grave

que os dois estudantes passaram mal e foram levados para o hospital. "Ele sabia que o meu sobrinho gosta de açaí e possivelmente planejou matá-lo. No momento, Afonso Júnior está entubado no hospital e a polícia so-

mente vai começar a investigar o caso após o resultado do exame toxicológico", explicou o tio da vítima.

Ele disse, ainda, que Félix não corre mais risco de morte e deve ter alta médica nas próximas horas. Ele, inclusive, chegou a falar para a namorada que pretende fugir para o Brasil devido a ter contraído várias dívidas. "Os colegas do meu sobrinho estão na porta do hospital para evitar a fuga desse rapaz", comentou Samuel Martins.

No dia 29 de maio de 2016, foi encontrada morta a maranhense Yamim Karen, de 19 anos, em um condomínio residencial, em Cochabamba. Ela era estudante de Medicina, e a polícia trabalhou a hipótese de envenenamento ou sufocamento por refluxo. ●

Polícia desarticula organização criminosa

Bando é acusado de assassinato, tentativa de homicídio em Bacabal e outros crimes na região

Uma organização criminosa especializada na comercialização de droga, roubo e homicídio na região do Meio Mearim, foi desarticulada ontem durante operação da Polícia Civil. A quadrilha é acusada de ter assassinado Kauã Vieira Marinho e tentado matar Geanderson Veira, no dia 23 de agosto, na cidade de Bacabal.

Foram presos em cumprimento de uma ordem judicial, Antônio Emerson Batista da Silva, Ronilson Francis-

co de Souza, Randerson da Cruz Costa, Seu Cler, Antônio Carlos dos Santos, *Catinhos Boloz*, Yago Lisbon Novaes e Dyego Santos Tavares. Um adolescente foi apreendido. Eles foram apresentados na delegacia regional de Bacabal. O delegado Daniel Arruda informou que os débitos fazem parte de um bando que tem como ponto base de atuação em Bacabal. ●

Integra em estadoma.com/473598



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO				
O IMPARCIAL				
EDITORIA				
Vida				
DATA	03 / 10 / 2019	PÁG.	9	

SÃO LUÍS

Náufrago é resgatado em São Luís



FRANCISCO DAS CHAGAS ESTAVA À DERIVA DESDE A MADRUGADA DA ÚLTIMA TERÇA-FEIRA (1*)

PATRICIA BRENDA

Um navio-tanque resgatou um pescador e o conduziu para a baía de São Marcos, na manhã de ontem, quarta-feira (2).

O pescador, identificado como Francisco das Chagas dos Santos Pinto, de 45 anos, foi resgatado na noite da última terça-feira (1*), às 22h, após ter caído do barco Pesqueiro "Ramon", por volta das 2h50 da madrugada, a aproximadamente 181 km de São Luís.

Um navio patrulha e uma aeronave do Núcleo de Implantação do Primeiro Esquadrão de Helicópteros de Emprego Geral do Norte foram utilizados no serviço de busca e salvamento do pescador.

Além disso, foi realizada uma comunicação via rádio com as embarcações que estavam navegando nas proximidades e com colônias de pescadores, para ajudarem nas buscas.

Francisco foi trazido para o aeroporto de

São Luís, de onde foi levado para uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA) da capital.

Um inquérito administrativo foi instaurado para apurar as causas do acidente. Os tripulantes serão ouvidos e o pesqueiro "Ramon" será periciado.



TRAGÉDIA DO JARACATI

STF nega habeas corpus a Victor Yan



VICTOR YAN DIRIGIA CARRO QUE CAUSOU MORTES NO DIA 8 DE SETEMBRO, NO BAIRRO JARACATI

MANUELA VIEIRA

O Superior Tribunal de Justiça do Maranhão (STJ) negou o pedido de habeas corpus feito pela defesa de Victor Yan Barros de Araújo, que conduzia o veículo na madrugada do dia 8 de setembro, na Avenida Carlos Cunha, no Jaracati. A tragédia tirou a vida de cinco pessoas.

Segundo o ministro Nefi Cordeiro, a prisão preventiva de Victor Yan deve permanecer sem alterações já que ele apresentava sinais de embriaguez e não aceitou realizar o exame de alcoolemia nem o teste do bafômetro. Ele foi preso em flagrante e dois dias após o acidente teve a prisão revertida em preventiva.

Além disso, foi levado em consideração o laudo pericial de embriaguez alcoólica que foi realizado cinco horas depois do ocorrido. De acordo com o ministro, essa demora pode ter influenciado no resultado final da perícia realizada. O exame do Instituto Médico Legal (IML) apontou que o condutor não estava embriagado.

O Ministério Público Federal do Maranhão (MPF) registrou denúncia que determina Victor como responsável pelo acidente. Conforme o juiz Gilberto de Moura Lima, a denúncia segue corretamente todas as formalidades legais exigidas no Art. 41 do Código de Processo Penal (CPP). Foram feitas investigações pela Polícia Civil que comprovam que Victor já se envolveu em outros acidentes automobilísticos. Os documentos foram anexados junto à denúncia do ministério. De acordo com informações de testemunhas, na época, ele estava sob efeito alcoólico, bateu em uma motocicleta e fugiu do local sem prestar socorro às vítimas.

Relembra o caso

Na madrugada de domingo, dia 8 de setembro, um acidente de trânsito na Avenida Carlos Cunha, no bairro do Jaracati, deixou quatro pessoas mortas e pelo menos seis ficaram feridas no momento do acidente. Após alguns dias, mais uma vítima veio a óbito.